

WORLD RAINFOREST MOVEMENT



Boletim No 213 – Abril 2015 – [Veja versão online](#)



Share



Tweet



Forward

Assine o Boletim mensal do WRM

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

NOSSA OPINIÃO



[O aprofundamento da apropriação e da concentração de terras na era do “capitalismo verde”: notícias da Indonésia](#)

No último dia 17 de abril, camponesas e camponeses do mundo inteiro celebraram o Dia da Luta Camponesa, em homenagem aos 19 membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, que, em 17 de abril de 1996, foram brutalmente assassinados pela polícia enquanto lutavam pela reforma agrária. Hoje, uma das principais lutas dos camponeses é exatamente contra a apropriação e a concentração de terras que afetam de forma profunda comunidades camponesas, indígenas e outras que dependem das florestas. Essa luta tem ficado mais acirrada, não só pela expansão contínua do agronegócio, da extração de minério, petróleo e gás, das monoculturas de árvores, de hidrelétricas, etc., mas também por novos fenômenos como a “apropriação verde das terras” nesta era que podemos chamar de “capitalismo ou economia verde”. Examinamos, em especial, o caso da Indonésia, com alguns sinais de esperança e muita preocupação.

APROPRIANDO E ACUMULANDO SOB O CAPITALISMO "VERDE": MAIS PRESSÃO SOBRE TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES



Banco Mundial abre caminho para uma estratégia nacional de compensação de biodiversidade na Libéria

Em março de 2015, o Banco Mundial apresentou um relatório que vai ajudar as empresas de mineração que operam na Libéria a se apresentar como salvadoras da biodiversidade, mesmo que suas operações continuem a destruir algumas das florestas mais biodiversas do país. O relatório “explora a possibilidade de se implementar um esquema nacional de compensação de biodiversidade na Libéria”, e o Banco Mundial vê potencial para lucrar com o plano, não só em relação à indústria de mineração, mas também a empresas de dendê e florestais. Não se sabe se os autores do relatório consultaram as comunidades locais que correm o risco de perder o acesso à terra que fornece os seus meios de subsistência, não só por causa das operações de mineração, mas também das áreas destinadas a compensar a destruição da biodiversidade causada por elas. O que se sabe, porém, é que eles consultaram ONGs conservacionistas internacionais e empresas de mineração e produção de dendê, e estão visivelmente agradecidos pelas contribuições delas ao relatório.



Brasil - Acumulando mais dinheiro fazendo a mesma coisa: a financeirização dos monocultivos de eucalipto da Fibria

Em 2013, circulou no Brasil uma notícia, estranha à primeira vista: a Fibria, maior produtora mundial de celulose de madeira oriunda de monocultivos de eucalipto, que tem cerca de 1 milhão de hectares de terras no Brasil, teria vendido 210 mil hectares de “suas” terras. Se alguém pensou que isso era uma boa notícia e que talvez resultasse na devolução dessas terras às comunidades que um dia moraram e plantaram alimentos nelas, não se engane. A venda dessas terras foi a forma encontrada pela empresa para melhorar sua situação financeira e, inclusive, dispor de recursos para expandir ainda mais suas terras e plantações no Mato Grosso do Sul. A partir do exemplo da Fibria, como funcionaria essa nova tendência de “venda” de terras, e como as empresas e os novos “donos” dessas terras se beneficiariam? Quais os desafios para as lutas das comunidades impactadas por essa nova forma de apropriação de terras?



Territórios sendo tomados no Camboja: proteções de lucros das empresas

A apropriação violenta e sistemática de territórios de camponeses e povos indígenas no Camboja está triplicando o número de famílias afetadas por conflitos de terra em 2014 em relação ao ano anterior (1). A Liga Cambojana para a Promoção e a Defesa dos Direitos Humanos (LICADHO) lançou um “banco de dados sobre concessões de terras” em março de 2015, mostrando as vastas áreas de terras tomadas e usadas por empresas no país (2). Além disso, áreas de um projeto de REDD, que alega “preservar” as florestas públicas do país, estão sendo derrubadas e as comunidades, desalojadas para “abrir” espaço para lucros privados.



Brasil: aprovada a liberação comercial do primeiro eucalipto transgênico

Como esperado, e apesar da forte oposição nacional e internacional, em 9 de abril, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do Brasil (CTNBio) aprovou a liberação comercial de uma variedade transgênica de eucalipto. O pedido foi feito pela empresa FuturaGene, subsidiária da gigante Suzano Papel e Celulose. A decisão da CTNBio faz do Brasil o primeiro país do mundo a adotar uma variedade de eucalipto transgênico, ao mesmo tempo em que dispara um alarme para o país e a América Latina.



FSC: Certificando mercados de acumulação

Há muito tempo, o WRM, junto com outras organizações e movimentos sociais, vem denunciando o papel nefasto da certificação de projetos intrinsecamente destrutivos para as florestas e as redes de vida que elas contêm. Além disso, esses projetos têm se mostrado prejudiciais para as comunidades que vivem nas florestas e delas dependem. A certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC) não apenas legitima as atividades de corte industrial de madeira em florestas tropicais e vastas áreas de monoculturas, mas também se associou ao mercado de carbono, certificando árvores destinadas a “absorver carbono”. Como se isso não bastasse, até o final de 2015, o FSC pretende ter um plano global para certificar os chamados “serviços ecossistêmicos”. Sem lidar com as verdadeiras causas do desmatamento, o FSC promove a ideia de que a “natureza” pode ser contabilizada e comercializada, enquanto incentiva o aumento do consumo de produtos madeiráveis e derivados de madeira – desde que tenham o seu selo.

POVOS EM AÇÃO



[Fim ao fogo empresarial no Chile! Incêndios florestais e suas causas](#)



[Wilmar International: Destruindo vidas por lucro](#)



[Resistência africana a concentração de terras pelas empresas de plantações Bolloré e Socfin](#)

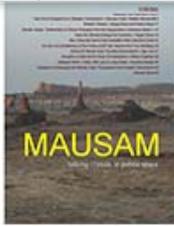


[Honduras: Berta Cáceres tem sua luta reconhecida com o Prêmio Goldman 2015](#)

RECOMENDADOS



[As vidas são mais importantes: o abuso das empresas de plantações sobre as populações locais](#)



[Nova edição do boletim Mausam da Índia: falando do clima no espaço público](#)



[Fórum Internacional sobre Agroecologia traz entendimento comum](#)

NOSSA OPINIÃO



O aprofundamento da apropriação e da concentração de terras na era do “capitalismo verde”: notícias da Indonésia

No último dia 17 de abril, camponesas e camponeses do mundo inteiro celebraram o Dia da Luta Camponesa, em homenagem aos 19 membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, que, em 17 de abril de 1996, foram brutalmente assassinados pela polícia enquanto lutavam pela reforma agrária. Hoje, uma das principais lutas dos camponeses é exatamente contra a apropriação e a concentração de terras que afetam de forma profunda comunidades camponesas, indígenas e outras que dependem das florestas. Essa luta tem ficado mais acirrada, não só pela expansão contínua do agronegócio, da extração de minério, petróleo e gás, das monoculturas de árvores, de hidrelétricas, etc., mas também por novos fenômenos como a “apropriação verde das terras” nesta era que podemos chamar de “capitalismo ou economia verde”. Examinamos, em especial, o caso da Indonésia, com alguns sinais de esperança e muita preocupação.

Neste boletim, mostramos como o processo de apropriação e concentração de terras se aprofunda cada vez mais nos países do hemisfério Sul, em especial nas regiões com florestas tropicais. No Camboja, o número de famílias atingidas por conflitos de terras triplicou em apenas um ano. No Brasil, a empresa de eucalipto e celulose Fibria vendeu parte das suas terras a uma empresa do mercado financeiro sem abrir

mas do plantar eucalipto nativo. Com a venda, gera recursos que pretende usar, entre outras coisas, para seus planos de expansão. Outro artigo sobre o Brasil relata que a aprovação, pelas autoridades, de um eucalipto geneticamente manipulado serve como mais estímulo para os planos de expansão da Suzano para o futuro. Na Libéria, o Banco Mundial está propondo uma “apropriação verde de terras” ao recomendar o mecanismo de “compensação com créditos de biodiversidade”. Também advertimos sobre a iniciativa do Conselho de Manejo Florestal (FSC) para certificar como “sustentáveis” não apenas a extração industrial de madeira em florestas e plantações de monocultivos de árvores, mas também os chamados “serviços ecossistêmicos” em áreas de florestas, dando mais legitimidade, ou seja, mais condições, para esse tipo de projeto se expandir. Por fim, vimos que, enquanto a apropriação de terras continua sem parar, há uma série de elementos, alguns mais novos, outros menos, que agravam direta ou indiretamente o processo de apropriação e concentração de terras, inclusive a chamada “apropriação verde das terras”.

Isso também ocorre na Indonésia, que está entre os países com maior área de florestas tropicais no mundo. Mas elas têm sido apropriadas e, em grande parte, destruídas por empresas, muitas voltadas à exportação. De acordo com a ONG indonésia Walhi (1), nas áreas consideradas de floresta no país, o setor madeireiro controla 25 milhões de hectares, o de plantações de monoculturas de árvores, 10,1 milhões de hectares, o de plantações de dendê, 12,5 milhões, e o de mineração, 3,2 milhões de hectares. Estes e outros setores controlam, juntos, cerca de 57 milhões de hectares de florestas, de um total de 120 milhões no país.

A apropriação e a concentração de terras por esse modelo predador e violento se aprofundou ainda mais em tempos de economia ou capitalismo “verde”. De acordo com a Walhi, a chamada “apropriação verde das terras” já levou à apropriação de 2,6 milhões de hectares por atores que promovem projetos e esquemas do tipo REDD+, voltados ao comércio de carbono em benefício de empresas e países poluidores do Norte, em especial, da Europa. O governo da Noruega, por exemplo, tem investido nos últimos anos em projetos para “evitar o desmatamento” e fazer a chamada “restauração de ecossistemas” nas províncias de Sumatra, Sulawesi, Nusa Tenggara, Kalimantan, Papua e Maluku. Trata-se de uma política incoerente porque, enquanto investe no REDD+, também investe na continuação e na expansão do modelo predador e violento. Na Indonésia, a estatal norueguesa Statoil acabou de anunciar a expansão das atividades de extração de petróleo, enquanto o fundo de pensão estatal continua investindo na extração de carvão mineral em geral. (3)

Por tudo isso, é muito grande o número de comunidades rurais camponesas e indígenas na Indonésia que resistem e buscam defender seus territórios. Para se ter uma ideia, dados da Aliança Camponesa pela Reforma Agrária (AGRA, na sigla em bahasa), apontam que, durante os últimos anos, o número de hectares em disputa entre empresas e comunidades chegou a pelo menos 5,6 milhões, envolvendo quase 1 milhão de famílias. Os confrontos com forças de segurança do Estado e das próprias empresas resultaram em centenas de pessoas presas e perseguidas, e dezenas ficaram feridas ou foram assassinadas, como mostra o caso recente de uma área da empresa de eucalipto e celulose APP (2).

A partir desta situação gravíssima e como resultado das lutas e da pressão de muitos anos por parte de comunidades e organizações na Indonésia, o governo do país, agora do presidente Yoko Widodo, finalmente tem dado sinais de que estaria disposto a mudar o rumo das coisas. Por um lado, extinguiu a Agência de REDD do Estado e, ao mesmo tempo, prometeu entregar 12 milhões de hectares de florestas para comunidades indígenas e outras não indígenas gerenciarem de forma comunitária. Neste mês de abril, num evento organizado na ilha de Lombok por Walhi, HuMa, KNPA (coalização de organizações da sociedade civil pela reforma agrária) e o Instituto Epistema, a nova ministra do meio ambiente do país reafirmou esse compromisso.

O compromisso é obviamente louvável, mas, para ser um “novo rumo” de verdade na política florestal da Indonésia, é importante:

- que, nos 12 milhões de hectares, sejam as florestas indígenas e áreas em disputa entre comunidades e grandes empresas madeireiras, de plantações, mineração, etc., que se apropriaram delas;
- que o governo reconheça publicamente que os projetos do tipo REDD+ – todos financiados com recursos de fora – têm sido um fracasso do ponto de vista do desmatamento. Em 2014, segundo a Walhi, foram 5,6 milhões de hectares, enquanto o governo admite apenas pouco mais de 1 milhão. Além disso, seria importante reconhecer que o REDD+ também tem sido um fracasso do ponto de vista das comunidades que receberam os projetos, sobretudo porque tiveram que entregar o controle do seu território a ONGs e/ou empresas de fora determinarem o que pode e não pode ser feito nele, levando a restrições de uso e proibições (4);
 - que o governo retome a soberania sobre a política das suas florestas e reconheça que a forma mais eficiente de conservá-las e, com isso, mitigar as mudanças climáticas relacionadas a elas, não é o mecanismo de REDD+ e nem as novas tendências inspiradas nele, como REDD Azul, REDD de paisagem ou “agricultura inteligente para o clima”, incentivados pelo Banco Mundial, governos do Norte, entre outros (veja [Boletim de julho de 2014](#) do WRM). A forma mais eficaz de conservar as florestas é garantir, por lei, o controle das áreas florestais pelas comunidades que delas dependem. A eficácia disso já foi mostrada em outros países, por exemplo, o usufruto das terras indígenas regularizadas no Brasil é garantido às comunidades que vivem nelas, e essas terras estão entre as áreas de florestas mais bem conservadas daquele país e do mundo.
 - que o governo priorize, de uma vez por todas, uma política voltada para seu próprio povo, devolvendo-lhes suas terras, em vez de priorizar, como faz agora, uma política voltada para que as grandes empresas explorem florestas e territórios de comunidades. Segundo a Walhi, se a política atual do governo não mudar, está previsto que as grandes empresas de dendê, as madeireiras, as mineradoras, etc., aumentem seu controle sobre as florestas da Indonésia, de 57 milhões de hectares hoje para 80 milhões em 2020, ou seja, a devastação de uma área muito maior do que os 12 milhões de hectares que seriam devolvidos para as comunidades manejarem.

Garantir uma mudança de rumo com esses elementos não só requer que comunidades e ONGs fiquem vigilantes e atentas a todo esse processo de devolução de terras prometido pelo governo. Significa, sobretudo, a continuação, o fortalecimento e o apoio às lutas locais de resistência em defesa de seus territórios e das florestas, para transmitir um claro NÃO à continuação da política governamental que permite a apropriação e a concentração, inclusive a “apropriação e concentração verde” das terras por parte de grandes empresas.

Esperamos que a celebração, a cada ano, do dia 17 de abril com ações e mobilizações em todo o mundo seja mais um incentivo para fortalecer esta luta que é travada por povos em inúmeros países.

1. <http://www.walhi.or.id>
2. <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/tirando-a-polpa-de-madeira-da-alimentacao-local/>
3. Ver <http://www.zacks.com/stock/news/168321/statoil-awarded-new-exploration-license-offshore-indonesia>
<http://www.redd-monitor.org/2015/03/26/norways-climate-pollution-oil-gas-coal-and-carbon-trading/>
4. <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>

APROPRIANDO E ACUMULANDO SOB O CAPITALISMO "VERDE": MAIS PRESSÃO SOBRE TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES





Banco Mundial abre caminho para uma estratégia nacional de compensação de biodiversidade na Libéria

Em março de 2015, o Banco Mundial apresentou um relatório que vai ajudar as empresas de mineração que operam na Libéria a se apresentar como salvadoras da biodiversidade, mesmo que suas operações continuem a destruir algumas das florestas mais biodiversas do país. O relatório “explora a possibilidade de se implementar um esquema nacional de compensação de biodiversidade na Libéria”, e o Banco Mundial vê potencial para lucrar com o plano, não só em relação à indústria de mineração, mas também a empresas de dendê e florestais. Não se sabe se os autores do relatório consultaram as comunidades locais que correm o risco de perder o acesso à terra que fornece os seus meios de subsistência, não só por causa das operações de mineração, mas também das áreas destinadas a compensar a destruição da biodiversidade causada por elas. O que se sabe, porém, é que eles consultaram ONGs conservacionistas internacionais e empresas de mineração e produção de dendê, e estão visivelmente agradecidos pelas contribuições delas ao relatório.

O Banco Mundial tem sido um ator central no desenvolvimento de compensações de carbono. A ideia por trás das compensações é que as indústrias que poluem possam continuar a fazê-lo desde que “compensem” sua poluição implementando algum projeto de “compensação” voltado a reduzir uma quantidade equivalente de poluição em outro lugar. O Banco administra dez “fundos de carbono” que ajudam os países industrializados a comprar créditos. Esses créditos de carbono lhes permitem continuar queimando combustíveis fósseis em suas próprias fábricas e refinarias, e afirmar que isso não tem impacto negativo sobre o clima, porque eles pagaram alguém para supostamente reduzir, em nome deles, uma quantidade “igual” de emissões de gases de efeito. Mas essas emissões de combustíveis fósseis nos países industrializados são a principal causa da mudança climática, e é nesses países que o uso excessivo desses combustíveis deve parar.

O Banco Mundial está fazendo experimentos sobre como ampliar a ideia equivocada do comércio de carbono. Sua Unidade de Carbono está administrando cinco fundos voltados a expandir os mercados de carbono, por exemplo, incluindo emissões oriundas de desmatamento e agricultura em mercados de carbono (ver o [Boletim do WRM de janeiro de 2014](#) e (3) sobre os problemas dessa ideia). E o Banco Mundial vê, nos mercados de compensação, um potencial que vai muito além do mercado de carbono. Desde 2012, a Corporação Financeira Internacional, braço do Banco Mundial que empresta dinheiro a empresas do setor privado, pede que elas mostrem como vão “compensar” o dano causado por suas atividades à biodiversidade. (4) Desde que uma empresa consiga mostrar um plano explicando como aquilo que for destruído em um lugar será recriado em outro, a destruição pode continuar. A compensação precisa de destruição! O WRM tem documentado amplamente o que há de errado com esse conceito, de que forma os impactos do uso industrial da terra sobre as comunidades são ignorados na ideia da compensação, e quantas iniciativas de compensação de carbono causaram danos a comunidades e resultaram em conflitos (ver, entre outros, o relatório do WRM “[REDD: um conjunto de conflitos, contradições e mentiras](#)”). Isso porque a ideia das compensações é equivocada – ela justifica mais destruição ou poluição com base na promessa de que o dano pode ser revertido em outros lugares e, portanto, nada faz para parar a mineração e a destruição que ela causa – as compensações são uma solução tão falsa para a crise da biodiversidade como para as do clima e das florestas.

mas isso não impediu o Banco Mundial de propor que a Libéria implemente uma estratégia nacional de compensação da biodiversidade – e a instituição já formulou esse plano para a Libéria. Em março de 2015, o Banco apresentou “Um regime nacional de compensação da biodiversidade: um roteiro para o setor de mineração da Libéria” – relatório “que explora a viabilidade de se implementar um regime nacional de compensação de biodiversidade na Libéria para ajudar a minimizar os impactos negativos da mineração sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos”. Os dois consultores que tinham escrito o relatório resumiram sua proposta durante um seminário pela internet, em 27 de março de 2015, organizado pelo BBOP. (1) BBOP significa “Programa de Negócios e Compensações da Biodiversidade”. (2)

O relatório analisa diferentes formas em que o dinheiro do setor de mineração pode ser usado para financiar “áreas protegidas” na Libéria. O que o relatório não menciona é que as concessões de mineração estão localizadas na região de maior biodiversidade do país e destruirão não apenas florestas ricas em biodiversidade, mas também os meios de subsistência das comunidades que dependem dessas florestas e da biodiversidade que elas contêm. Em vez disso, o documento descreve as compensações de biodiversidade como “uma oportunidade para o setor privado contribuir para uma rede subfinanciada de áreas protegidas” – possivelmente levando as comunidades a perder o acesso à terra de que dependem para seu sustento, não só para a mineração, mas também para a compensação da biodiversidade destruída pela mineração.

O relatório traz pouca informação sobre como as comunidades locais foram consultadas na elaboração da proposta do Banco Mundial para uma estratégia nacional de biodiversidade na Libéria. Por outro lado, os autores do relatório agradecem a contribuição de, entre outros, membros das ONGs conservacionistas internacionais Flora Fauna Internacional e Conservação Internacional, o Conselho Internacional de *Mineração* e Metais, as empresas de mineração ArcelorMittal Liberia, BHP Billiton, Vedanta, Putu Iron Ore Mining, a petrolífera Exxon Mobil, e a empresa de dendê Golden Veroleum Liberia. Uma das autoras também comentou orgulhosamente que, no lançamento do relatório em uma reunião na capital da Libéria, Monróvia, um dia antes do seminário, “todas as empresas de mineração em operação na Libéria estavam presentes na oficina, assim como a ministro”. Ela explicou ainda que “algumas mineradoras na Libéria [...] gostariam de compensar dentro de áreas protegidas”, e que isso contribuiu para a ideia de desenvolver uma proposta de plano nacional de compensação de biodiversidade para o país. A discussão que se seguiu à apresentação na internet do relatório também revelou a intenção do Banco Mundial de explorar como outras indústrias que dependem da destruição da biodiversidade para realizar seus negócios poderiam ser incluídas no plano nacional de compensação da biodiversidade.

Questionado sobre as possibilidades de outros setores, um dos autores do relatório, comentou que “o setor de dendê seria um exemplo óbvio”. As empresas de dendê Sime Darby e Equatorial Palm Oil PLC (EPO) , especificamente (ver [Support the Jogbahn Clan in Liberia: Tell Equatorial Palm Oil NO means NO!](#) e [Boletim do WRM de abril de 2014](#)) têm enfrentado forte oposição das comunidades na Libéria e causado conflitos significativos com seus planos para expandir as plantações de dendezeiros a terras de que as comunidades dependem. Sem qualquer referência a essa história de conflito, um dos autores do relatório chama a atenção para as áreas “florestais de alto valor de conservação” que uma empresa de dendê como a Sime Darby pode destinar para cumprir a norma da RSPO, como possíveis áreas de compensação de biodiversidade. (5) Ao destinar essas “florestas de alto valor de conservação” para a compensação de biodiversidade, a empresa de dendê que poupa esse pedaço de floresta da destruição por plantações de dendezeiros ainda pode gerar um lucro com a terra, vendendo biodiversidade como compensação, a uma empresa de mineração!

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy

Secretariado Internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

(1) http://bbop.forest-trends.org/documents/files/liberia_webinar.pdf

(2) A iniciativa BBOP, criada pela Forest Trends, uma organização que promove os mercados de “serviços ecossistêmicos”. Membros do BBOP incluem empresas, instituições financeiras, agências governamentais e ONGs conservacionistas. Seu objetivo é “testar e desenvolver as melhores práticas em compensações de biodiversidade e operações bancárias de conservação em todo o mundo”. http://bbop.forest-trends.org/pages/about_bbop

(3) Relatório sobre a Parceria para o Carbono Florestal, do Banco Mundial, elaborado pelo Forest Peoples Programme (2014) e FERN: *Implement in haste, repent at leisure*. <http://www.fern.org/implemmentinhaste>

(4) Padrão de Desempenho 6 da CFI sobre “Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos”.

(5) Para mais informações sobre a Mesa Redonda do Dendê Sustentável, a RSPO, e como ela ajuda as empresas a fazer lavagem verde em sua expansão das plantações de dendzeiros, consulte, “[12 respostas para 12 mentiras para plantações de monoculturas de dendê](#)”. Um dos requisitos da RSPO é que as empresas cheguem a um acordo com as ONGs sobre um mapa de quais áreas serão consideradas “florestas de alto valor de conservação”, dentro da concessão, e as poupem da conversão em plantações. Muitas comunidades, no entanto, consideram todo o seu território como de “alto valor”.



Brasil - Acumulando mais dinheiro fazendo a mesma coisa: a financeirização dos monocultivos de eucalipto da Fibria

Em 2013, circulou no Brasil uma notícia, estranha à primeira vista: a Fibria, maior produtora mundial de celulose de madeira oriunda de monocultivos de eucalipto, que tem cerca de 1 milhão de hectares de terras no Brasil, teria vendido 210 mil hectares de “suas” terras para a empresa Parkia Participações. Além disso, quando jornais brasileiros informaram sobre a venda, a Fibria disse que pretende vender, dessa mesma forma, até metade de suas terras no país, ou seja, algo como meio milhão de hectares (1). Pergunta-se, portanto, por que uma empresa que, como todas do setor, sempre buscou se apropriar de mais e mais terras para plantar eucalipto, estaria disposta a abrir mão dessas terras? Como funciona isso?

Por que desfazer-se de terras pode ser um bom negócio?

Um primeiro elemento para explicar por que essa venda pode ser um bom negócio para a Fibria, pelo menos no curto prazo, é o fato de ela ter conseguido um valor de R\$ 1,65 bilhões (aproximadamente US\$ 695 milhões) com a transação, sendo R\$ 1,4 bilhão à vista. Esse dinheiro ajudou a empresa a reduzir seu endividamento (2). Diz ela, em um comunicado: “esta transação está em linha com a estratégia da

companhia de terras e a sua estrutura de capital, acrescentando que a transação também posiciona a Fibria para um novo ciclo de crescimento". (3) Segundo o diretor da empresa, o contrato com a Parkia também tem o objetivo de garantir seu projeto de expansão, no caso, uma nova linha de produção em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul (4).

É importante ressaltar que a venda não significou que a Fibria tenha parado de plantar eucalipto nas terras que foram vendidas. Segundo diz o contrato, a intenção conjunta da Parkia e da Fibria é dar continuidade ao plantio de eucalipto para produção de celulose. Ambas pretendem se beneficiar disso: a Fibria ficaria com 60% da madeira e a Parkia, com 40%, sendo que a Fibria terá o direito de comprar essa madeira com valores pré-definidos, também servindo como uma espécie de "aluguel" pago aos investidores por continuar usando as terras, explica a Fibria.(5)

Outro benefício apontado pela própria Fibria é que, com esse negócio, o imposto que é pago sobre as terras se transforma em uma "despesa dedutível". A empresa afirma que "a utilização dos prejuízos fiscais zera o pagamento de imposto de renda (IR) sobre o ganho de capital". Ou seja, trata-se de um negócio que ajuda a empresa a pagar menos impostos, lembrando que empresas como a Fibria, dentro e fora do Brasil, por se tratar de exportadoras, já costumam se aproveitar de incentivos e isenções fiscais. (6)

Como isso também pode ser um bom negócio para quem compra as terras?

Mesmo tendo pago R\$ 1,4 bilhão à vista para a Fibria, será que a Parkia também se beneficiou ou se beneficiará do negócio? É óbvio que o benefício para a Parkia não é instantâneo, e ela só conseguiu pagar à vista porque seu poder de compra se baseia no fato de contar com investidores que, juntos, aportam um capital financeiro suficiente para isso. Vale ressaltar que, sobretudo desde a última crise econômico-financeira de 2008, fundos de investimentos, como os de pensão, têm buscado novos mercados para investir. Investimentos em terras nos países do Sul, como no Brasil, em plantações de árvores para celulose/papel, são considerados relativamente seguros e, com o tempo, podem proporcionar uma rentabilidade considerável, se for comparado com os juros que os bancos oferecem nos países de origem dos fundos de investimentos. Podemos chamar esta maior entrada de capital financeiro através de fundos de investimento no negócio de plantação de monocultivos de árvores para celulose de um processo de maior "financeirização" deste setor, e também da "natureza". (veja o [Boletim de junho de 2013](#)).

Vale destacar que a Fibria fez questão de ressaltar que a Parkia é controlada por investidores brasileiros, já que, no Brasil, por lei, empresas estrangeiras não podem ser proprietárias de grandes glebas de terras. O fato de a Fibria admitir que na Parkia também existe participação de investidores estrangeiros, como os fundos de pensão, através do Fundo de Investimentos em Participações (FIP), explica a "fórmula" adotada pela Parkia: uma empresa "brasileira", mas com investidores estrangeiros. (7)

A principal aposta e o benefício que a Parkia pretende obter é a "valorização" das terras. Nesse sentido, busca especular com o fato de que, no Brasil, como também em muitos outros países, o preço das terras tem aumentado substancialmente ao longo dos anos, fazendo delas um excelente objeto para poder lucrar. A valorização econômica e a especulação em cima disso são tão cruciais para o negócio que a Fibria só poderá receber o valor adicional da compra – o valor de compra que não será pago a vista – se as terras em questão de fato se valorizarem. (8)

Mas não é só isso. O fato citado antes, de que a Parkia é dona de 40% da madeira produzida em "suas" terras, possibilita que ela também se beneficie da venda dessa madeira para a produção de celulose, que continua a todo vapor, independente da "venda" das terras. Informações bastante detalhadas podem ser encontradas em um acordo, disponível na internet, entre a Fibria e a Parkia (9). Apesar de estar disponível publicamente, é preciso destacar que está escrito em inglês, enquanto a língua oficial do Brasil é o português, e escrito em uma linguagem técnico-financeira. O texto afirma, por exemplo:

- que a venda é em relação a um conjunto de chamadas áreas. Na realidade, essas áreas são parcelas de terras, com nome, localização e mapa, que são objetos do negócio em questão;
- que a venda não se realiza diretamente; criam-se quatro novas empresas para este fim – chamadas, em conjunto, de “NEWCOS” – cujas ações são, em seguida, compradas pela Parkia.
- que podem ser feitos entre a Fibria e a Parkia “acordos de parceria florestal”, que são os acordos sobre as atividades (leia-se plantio e corte de eucaliptos) nos “ativos” selecionados (leia-se parcelas de terra), obviamente em benefício mútuo.

Desafios para as lutas das comunidades impactadas

Enquanto a empresa celebra afirmando que “esta transação (...) posiciona a Fibria para um novo ciclo de crescimento” (10), é importante perguntar o que esse tipo de negócio representa para as comunidades que têm buscado resistir às plantações de eucalipto da Fibria, por exemplo, para comunidades impactadas, para os movimentos sociais do campo?

Por um lado, esse tipo de negócio, sem dúvida, representa mais dificuldades para as comunidades identificarem quem se diz dono da terra. Não há transparência. No caso da Parkia, faltam informações públicas da empresa sobre seus objetivos e atividades, sobre quem são seus investidores, inclusive os fundos de pensão e outros que participam do negócio e tomaram o controle das terras. Não encontramos nenhuma página da Parkia na internet com essas informações básicas. Só podemos saber algo através de notícias de jornal e o contrato na internet citado antes, em inglês, entre Fibria e Parkia. Este apenas menciona que a Parkia tem sede no Rio de Janeiro, em um endereço no bairro nobre da Barra da Tijuca. (11)

Outro problema é que o negócio chegou para fortalecer a Fibria, que pode obter, de uma nova forma, mais recursos financeiros. Neste caso, a própria empresa já admitiu que pretende aproveitar o negócio para expandir suas atividades no estado do Mato Grosso do Sul. (12) A expansão das plantações significa também que um número maior de comunidades será impactado.

Talvez um dos maiores desafios seja transformar a revolta com mais este novo negócio, que chega a chamar lugares de importância vital e única para comunidades de “ativos”, em uma motivação renovada para fortalecer a luta conjunta contra as plantações de monocultivos de eucalipto no Brasil e no mundo. Esses novos negócios de financeirização têm sérias implicações para aqueles que já estão em luta há muito tempo para reconquistar seus territórios, mas também para outros que tentarão resistir às tentativas da Fibria de se expandir ainda mais. Sem falar dos trabalhadores que tendem a sofrer mais com esse novo tipo de acordo de compra e venda com o qual a Fibria e a Parkia, conjuntamente, pretendem alcançar mais lucros para seus acionistas e investidores.

Neste mês de abril, em que celebramos o Dia internacional de lutas camponesas, lembramos o que os movimentos sociais do campo sempre enfatizam: que a terra é para gerar vida. Portanto, não podemos aceitar que ela seja transformada, “financeirizada”, para ser apenas objeto de negócios e especulação. Isso precisa ser denunciado e combatido, sempre.

Winnie Overbeek, winnie@wrm.org.uy

Secretariado Internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

1. <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,parkia-e-brasileira-diz-fibria-sobre-venda-de-terreno,170311e>
2. http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/releases/release_2014mai13.htm
3. <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/fibria-conclui-venda-de-terras-para-a-parkia--2>
4. <http://tissueonline.com.br/fibria-anuncia-venda-de-210-mil-hectares-de-area-florestal/>
5. Veja referência (3)

7. Veja referência (1)
8. Veja referência (2)
9. http://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1110649/000110465914014508/a14-6529_1ex4d4.htm
10. Veja referência (3)
11. Veja referência (9) e mais notícias sobre quem estaria por trás da Parkia em <http://tijolaco.com.br/blog/?p=12171>
12. Veja referência (4)



Territórios sendo tomados no Camboja: protegendo os lucros das empresas

A apropriação violenta e sistemática de territórios de camponeses e povos indígenas no Camboja está triplicando o número de famílias afetadas por conflitos de terra em 2014 em relação ao ano anterior (1). A Liga Cambojana para a Promoção e a Defesa dos Direitos Humanos (LICADHO) lançou um “banco de dados sobre concessões de terras” em março de 2015, mostrando as vastas áreas de terras tomada e usadas por empresas no país (2). Além disso, áreas de um projeto de REDD, que alega “preservar” as florestas públicas do país, estão sendo derrubadas e as comunidades, desalojadas para “abrir” espaço para lucros privados.

Só em 2014, a LICADHO registrou 10.625 famílias, ou uma estimativa de 49.519 indivíduos recém-afetados por conflitos de terra. Uma lista detalhada dos casos documentados (3), na maioria confinados a 13 províncias onde a LICADHO tem representações, mostra o envolvimento das empresas de mineração, plantações de árvores, agronegócio, construção de hidrelétricas, entre outras, bem como autoridades de segurança e militares. As famílias afetadas em 2014 representam mais de três vezes o número documentado em 2013 (3.475), e quase o dobro do número registrado em 2012 (5.672). Muitos desses conflitos de terra levaram a despejos forçados, que costumam ser violentos, e as forças do Estado são acionadas contra civis, para proteger os interesses e os ganhos do setor privado.

Devido à falta de transparência do governo, a informação que a LICADHO coletou para o “banco de dados sobre concessões de terras” permanece incompleta, mas os dados já mostram a grande quantidade de concessões dadas a plantações e a extração de borracha, açúcar e mandioca, bem como a plantações voltadas à produção de óleo de dendê e celulose e papel. Mas muitas outras áreas de concessão permanecem “desconhecidas” em termos de extensão, posse e uso (4).

O governo do Camboja continua negando a grave situação enfrentada por camponeses e indígenas, forçados a se erguer para defender seus territórios. Uma declaração anterior da LICADHO, de abril de

organização, Naly Pilorge, “cada número representa uma vida potencialmente destruída, um indivíduo que enfrenta dificuldades graves e de longo prazo. Sem terra, eles já não têm os meios para atender às necessidades básicas de uma vida digna”. (5) Como reação ao comunicado, o governo organizou uma entrevista coletiva para afirmar publicamente que as constatações da LICADHO “não eram reais”. Menos de quatro meses depois, um cambojano de 19 anos foi baleado e morto por soldados que dispararam contra um grupo de camponeses envolvidos em uma disputa de terras com a unidade militar, na província de Preah Vihear.

De acordo com a organização de direitos humanos, a nova “onda” de conflitos veio depois da portaria do governo que suspendeu novas concessões econômicas de terras, em maio de 2012, e ordenou uma revisão sistemática das concessões existentes. A portaria foi seguida, no final de 2012 e início de 2013, por um programa de títulos de terra para grandes extensões, incluindo terras comunais. No entanto, uma brecha permitiu que concessões de terra que “já estavam em andamento” fossem liberadas após a portaria e, nos sete meses que se seguiram ao anúncio da moratória, um total de 208.805 hectares de terra foi entregue a concessionárias (6). O programa de titulação de terras parece ser um completo fracasso. Como diz a LICADHO, “uma parte do país onde o governo afirma ter realocado terra de uma concessão e concedido títulos aos moradores é a área na província de Preah Vihear na qual indígenas kuoyks continuam a lutar para salvar suas florestas” (7).

O governo deve divulgar todas as suas transações de terras para o público. No entanto, até à data, o Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca publicou uma lista simplificada e incompleta das empresas; o Ministério do Meio Ambiente fez ainda menos, simplesmente divulgando o número total de empresas envolvidas e a área de terra arrendada. Nenhum ministério revelou a localização exata dos mais de 2,1 milhões de hectares de terras no Camboja cobertos por concessões de terras já existentes.

REDD no Camboja

O “Projeto de REDD Florestal Comunitário Oddar Meanchey”, criado em 2008, é gerido pela filial cambojana de uma ONG chamada PACT, com sede nos Estados Unidos, e a Administração Florestal do Camboja. A PACT Camboja trouxe a Terra Global Capital, uma empresa de comércio de carbono sediada nos Estados Unidos, embora nenhum crédito tenha sido emitido até agora. O projeto afirma que o objetivo é proteger 13 florestas comunitárias geridas por 58 aldeias. As florestas comunitárias variam em tamanho, de 400 hectares a mais de 18.000 hectares, e abrangem cerca de 65 mil hectares.

Em novembro de 2011, uma agência do governo dos Estados Unidos, a Overseas Private Investment Corporation (OPIC), forneceu 900 mil dólares em seguro de risco político à Terra Global Capital, o investidor privado do projeto. O seguro protege investidores norte-americanos contra várias possibilidades, incluindo guerra, conflitos civis, golpes de estado, terrorismo e outras formas de violência politicamente motivada, bem como interferências do governo local, como expropriação, entre outras coisas. O apoio da OPIC à Terra Global Capital é o primeiro seguro de risco político do mundo dado a um projeto de REDD (8).

Apesar de o Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca ser encarregado de estabelecer as florestas comunitárias, os militares cambojanos vêm cortando matas na área da fronteira com a Tailândia, incluindo áreas florestais do projeto de REDD comunitário, há vários anos. Em 2012, os militares disseram ao chefe da rede florestal comunitária, Sar Thlai, que assumiriam o controle de mais de 2.500 hectares em duas das florestas comunitárias. Sar Thlai disse ao *Cambodia Daily* que os militares tinham estabelecido bases em pelo menos seis das 13 florestas comunitárias nos últimos anos (9). Além disso, em abril de 2013, dois soldados armados pararam patrulheiros florestais comunitários e os forçaram a entregar duas motosserras e 100 pranchas de madeira de lei que eles tinham apreendido de madeireiros ilegais. Os soldados disseram que o corte era para a construção de um novo prédio para sua guarnição (10).

o acionamento continua sendo o em torno das florestas comunitárias na província de Oddar Meanchey, e o REDD não está fazendo nada para impedir isso. As ameaças incluem empresas e forças armadas que entram na área, e grandes concessões econômicas de terras. Em 2014, o *Cambodia Daily* informou que os moradores do distrito de Banteay Ampil encontraram cinco soldados cambojanos armados derrubando sua floresta comunitária. A floresta faz parte do projeto de REDD Oddar Meanchey (11) e o Ministério de Agricultura, Florestas e Pesca não está fazendo nada para impedir isso.

As grandes concessões têm um histórico de destruir os meios de subsistência e as florestas. O principal ativista da luta contra madeireiras ilegais e a concentração de terras no Camboja, Chut Wutty, foi morto a tiros por policiais militares em 2012, enquanto levava dois jornalistas do *Cambodia Daily* para investigar a exploração madeireira ilegal nas Montanhas Cardamomo, na província de Koh Kong (12). “Os cambojanos têm o direito e a necessidade de saber quem ocupa as áreas próximas às suas casas”, disse a Diretora da LICADHO, Naly Pilorge. É necessária uma ação urgente para apoiar as comunidades que lutam para evitar que essa pilhagem continue.

1. <http://www.licadho-cambodia.org/pressrelease.php?perm=374>
2. http://www.licadho-cambodia.org/land_concessions/
3. <http://www.licadho-cambodia.org/press/files/LICADHO-ConflictsData2014-English.pdf>
4. Ver nota (1)
5. <http://www.licadho-cambodia.org/pressrelease.php?perm=342>
6. <https://www.globalwitness.org/campaigns/land-deals/rubberbarons/>
7. Ver nota (5)
8. <http://climatemarkets.org/topics/public-sector-ifis-and-leveraging-private-finance/fact-sheet-about-the-module-topic#sdendnote3anc>
9. <http://www.redd-monitor.org/2014/06/13/military-clearing-of-community-forests-in-oddar-meanchey-cambodia-photos/>
10. <http://www.redd-monitor.org/2013/06/21/oddar-meanchey-redd-project-runs-into-problems-selling-carbon-credits-as-the-cambodian-government-misses-deal-signing-deadline/>
11. <https://www.cambodiadaily.com/archives/military-continues-to-cut-down-forest-and-carbon-credits-50964/>
12. <http://www.redd-monitor.org/2012/04/27/environmental-activist-chut-wutty-shot-dead-in-cambodia/>



Brasil: aprovada a liberação comercial do primeiro eucalipto transgênico

Como esperado, e apesar da forte oposição nacional e internacional, em 9 de abril, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do Brasil (CTNBio) aprovou a liberação comercial de uma variedade transgênica de eucalipto. O pedido foi feito pela empresa FuturaGene, subsidiária da gigante Suzano Papel e Celulose. A decisão da CTNBio faz do Brasil o primeiro país do mundo a adotar uma variedade de eucalipto transgênico, ao mesmo tempo em que dispara um alarme para o país e a América Latina.

A aprovação do eucalipto transgênico estava prevista inicialmente para 5 de março, mas, graças às ações de milhares de mulheres e camponeses, foi possível adiar a reunião. Mulheres de diferentes movimentos sociais do Brasil ocuparam o viveiro localizado no estado de São Paulo onde foram encontradas mudas transgênicas e alertaram sobre o poder destrutivo e nefasto dos transgênicos para a biodiversidade e as comunidades camponesas. Mais tarde, em Brasília, camponesas e camponeses entraram no local onde acontecia a reunião da CTNBio, gritando palavras de ordem e portando cartazes que rejeitavam a aprovação de vários transgênicos. Essas ações aconteceram no marco das Jornadas de Luta das Mulheres Camponesas, com o objetivo de denunciar a violência do agronegócio sobre a vida das mulheres e dos camponeses.

A variedade transgênica finalmente aprovada, chamada de H421, foi criada para aumentar em 20% a produtividade das plantações florestais. Em um comunicado divulgado no dia da aprovação, a empresa disse que “o aumento da produtividade devido ao uso de eucaliptos geneticamente modificados proporcionará benefícios econômicos, ambientais e sociais [...] Os principais benefícios ambientais derivados do uso de menos terra para produzir mais fibras incluirão redução das emissões de carbono ao se encurtar a distância entre as florestas e as fábricas de papel, redução do uso de insumos químicos, e maior disponibilidade de terras para outros fins, como a conservação e a produção de alimentos”. Stanley Hirsch, diretor-executivo da FuturaGene, disse que “a produção de mais madeira sem aumentar o uso dos recursos naturais é um desafio constante para todos os atores do setor. Estamos muito orgulhosos de ter desenvolvido uma tecnologia inovadora que é capaz de aumentar a competitividade da indústria florestal enquanto se beneficia a sociedade como um todo”(1)

Os benefícios que a FuturaGene prevê, no entanto, são projetados com base nos bolsos de seu dono: a Suzano Celulose e Papel, a gigante brasileira que é proprietária de quase 900 mil hectares de terra no Brasil (veja mais [informações sobre a empresa Suzano](#) na página do WRM).

O argumento de “usar menos terra para produzir mais fibra” é infundado, se olharmos a história da indústria florestal. Em primeiro lugar, a indústria florestal sempre procurou incentivar o consumo de papel, resultando em um consumo atual excessivo e desnecessário por uma minoria concentrada nos países do Norte (Ver [vídeo do WRM sobre o consumo de papel](#)). E, na medida em que conseguiu aumentar a produtividade de suas plantações florestais, a indústria também foi expandindo a área de terras que invadiu. No Brasil, na década de 80, quando a produção anual das plantações era de 27 m³ por hectare, elas ocupavam uma área de cerca de 4 milhões de hectares. Hoje, quando a produção anual é de cerca de 44 m³ por hectare, elas ocupam cerca de 7,2 milhões de hectares. Se as empresas de plantações obtiverem os incentivos necessários dos estados, estima-se que a área se amplie a 14 milhões de hectares até 2020. (2) Esse quadro também mostra como a produção florestal constante aumenta as emissões de carbono, uma vez que grandes extensões de florestas são convertidas em plantações de monoculturas.

Nada parece indicar que a indústria florestal tenha pensado em ocupar menos terras para liberar espaço para a produção de alimentos. Pelo contrário, a expansão prevista aumentará os intensos conflitos pela terra e a soberania alimentar que já existem no Brasil.

Tampouco parece ser verdade que se possa aumentar a produtividade das plantações sem que isso resulte no aumento dos já conhecidos impactos negativos das monoculturas de árvores sobre a

...transgênicos, os seres, a água, etc. Organizações no Brasil e em nível internacional tem denunciado que o eucalipto transgênico vai consumir muito mais água do que atualmente. Prevê-se que essa nova árvore possa alcançar o crescimento necessário para ser cortada em quatro anos, em vez dos atuais sete. É durante os primeiros anos de vida que uma árvore consome mais água para crescer, o que vai ser intensificado a partir das modificações feitas no eucalipto transgênico, causando impactos terríveis para as áreas de bacias hidrográficas onde forem plantadas e para as comunidades vizinhas às plantações, que devem sofrer impactos ainda mais profundos pela perda de água, para não mencionar a poluição – da água e do solo – causada pelo uso de agrotóxicos e seus efeitos sobre a soberania alimentar das populações locais (ver mais informações no [Boletim de março de 2015](#) do WRM).

Outra denúncia apresentada à CTNBio por agricultores e movimentos sociais no Brasil está ligada aos impactos socioeconômicos que o eucalipto transgênico vai gerar, por causa de sua relação com a produção de mel. O Brasil é o segundo produtor mundial de mel orgânico e se estima que cerca de 350 mil famílias dependam dessa atividade (3). O eucalipto é a principal fonte de pólen para as abelhas. O pólen da nova variedade transgênica pode ser detectado no mel, o que fecharia as portas dos diversos mercados internacionais onde o mel brasileiro é vendido atualmente – além de ignorar os impactos para a saúde.

Como denuncia a Campanha Mundial contra os Agrotóxicos, o Brasil decidiu, mais uma vez, andar na contramão do mundo. Enquanto muitos países estão discutindo medidas para reduzir o número de transgênicos e o uso de agrotóxicos, no Brasil, decidiu-se aprovar uma variedade de eucalipto transgênico, ignorando o princípio da precaução da Convenção sobre a Diversidade Biológica, fechando os olhos para a falta informações sobre os riscos ambientais e sociais que os transgênicos vão trazer para a população em geral.

No entanto, diante de um panorama tão desolador, organizações e movimentos sociais brasileiros e internacionais têm travado uma batalha exemplar. As corajosas ações empreendidas por movimentos sociais no Brasil, junto aos milhares de organizações e pessoas que enviaram cartas à CTNBio rejeitando a aprovação, fizeram soar um alarme no Brasil e internacionalmente, que alertou organizações e movimentos sobre essa nova ameaça. Empresas de plantações como Fibria, Suzano, Stora Enso, International Paper, que ocuparam vastas áreas de terra com monocultivos de árvores, estão fazendo experimentos com árvores transgênicas em todo o mundo (4). Devemos ficar alertas e não permitir que mais países sigam os passos do Brasil.

1. <http://www.futura-gene.com/FuturaGene-eucalyptus-approved-for-commercial-use.pdf>
2. <http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/carta-aberta-a-comissao-tecnica-nacional-de-biosseguranca-ctnbio-do-brasil/>
3. <http://www.mst.org.br/2014/12/09/a-quem-interessa-o-brasil-ser-o-primeiro-pais-a-liberar-eucalipto-transgenico.html>
4. <http://wrm.org.uy/es/libros-e-informes/ge-tree-research-a-country-by-country-overview/>



FSC: Certificando mercados de acumulação

Há muito tempo, o WRM, junto com outras organizações e movimentos sociais, vem denunciando o papel nefasto da certificação de projetos intrinsecamente destrutivos para as florestas e as redes de vida que elas contêm. Além disso, esses projetos têm se mostrado prejudiciais para as comunidades que vivem nas florestas e delas dependem. A certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC) não apenas legitima as atividades de corte industrial de madeira em florestas tropicais e vastas áreas de monoculturas, mas também se associou ao mercado de carbono, certificando árvores destinadas a “absorver carbono”. Como se isso não bastasse, até o final de 2015, o FSC pretende ter um plano global para certificar os chamados “serviços ecossistêmicos”. Sem lidar com as verdadeiras causas do desmatamento, o FSC promove a ideia de que a “natureza” pode ser contabilizada e comercializada, enquanto incentiva o aumento do consumo de produtos madeiráveis e derivados de madeira – desde que tenham o seu selo.

Os sistemas de certificação florestal são regimes voluntários baseados na lógica do mercado, segundo a qual o “manejo florestal” é avaliado através de uma série de indicadores que estabelecem o nível de “sustentabilidade” econômica, ambiental e social de um determinado projeto. Assim sendo, os selos de certificação são vistos como uma forma de oferecer ao consumidor a “segurança” de que esses produtos foram produzidos ou extraídos segundo um “manejo florestal sustentável”. No início dos anos 90, vários sistemas de certificação foram criados por meio das chamadas parcerias “público-privadas” – consórcios entre governos, empresas e ONGs conservacionistas – como a certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês), que goza atualmente de maior credibilidade.

O FSC, criado em 1993, diz contar com um conjunto de princípios e critérios para certificar a exploração madeireira como “sustentável” e de consumo “responsável”. Mas como é que o corte em nível industrial pode conseguir um selo para garantir uma gestão “socialmente benéfica e ambientalmente adequada”? Como se pode ignorar a crescente demanda por madeira tropical que tem impulsionado a expansão das empresas em todas as fases do processo de produção – desde a extração de matérias-primas, passando pela fabricação, comercialização, até a distribuição? A realidade é que a desintegração social e a destruição das florestas são consequências comuns da exploração madeireira industrial, e isso, muitas vezes, viola os direitos territoriais dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais – que têm sido os principais defensores de suas florestas e territórios há gerações (ver [Boletim de outubro de 2014 do WRM](#)). Além disso, o FSC define as plantações monocultoras como “áreas florestais”, o que lhe permitiu aprovar a possibilidade de certificar as monoculturas de árvores em 1996. Apesar das inúmeras críticas e da forte resistência nos territórios afetados, milhões de hectares de plantações de monoculturas de árvores são considerados pelo FSC como “florestas certificadas”. Na prática, o FSC aprova e certifica essa concentração de terras em todo o mundo para o benefício econômico de algumas poucas empresas florestais (ver [materiais sobre o FSC](#) na página do WRM).

Mais tarde, o FSC também decidiu se associar ao mercado de carbono, certificando áreas florestais e plantações destinadas a “absorver carbono”. Esse mercado, incorporado à lógica de quantificar e comercializar os ciclos e as funções da natureza (neste caso, o ciclo do carbono) reduz as florestas e as árvores a meros “sumidouros de carbono” geradores de “créditos de carbono”, os quais, ao ser comercializados, implicam mais lucros. Com essa decisão, o FSC não só ajudou a legitimar uma falsa solução para o aquecimento global, mas, mais uma vez, aliou-se a grandes indústrias florestais em detrimento das populações locais (ver, por exemplo, [REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras](#)).

Intensificando o mercado, intensificando a pilhagem

O FSC tem como objetivo proporcionar ao mercado mundial a maior quantidade possível de madeira

certificar o maior número possível de operações de grande porte. O objetivo, então, não é parar o consumo excessivo de produtos madeiráveis e derivados de madeira – demanda alimentada pelas corporações que lucram com o consumo excessivo de papel oriundo principalmente dos países industrializados do norte – nem questionar o aumento constante no corte de florestas e nas plantações industriais de monoculturas. Pelo contrário, o FSC quer que sua etiqueta “verde” seja cada vez mais consumido. Então, quem está se beneficiando?

Por trás do selo e das atraentes campanhas de marketing estão as inúmeras comunidades afetadas de forma direta e grave por essa demanda insaciável. As plantações de monoculturas em toda a África, a Ásia e a América Latina estão devastando áreas florestais que concentram populações, biodiversidade, fontes de água e complexas teias de vida, e deixando para trás pilhagem, pobreza, destruição e repressão social (ver [casos de resistência contra as plantações de monocultivo](#), na página do WRM). E, além disso, quantas comunidades despejadas para implementar monoculturas em seus territórios, doentes por causa da poluição por pesticidas, empobrecidas pela perda de seus meios de vida e sustento ou criminalizadas por tentar detê-los foram ignoradas ao se certificarem as gigantes florestais em todo o mundo?

O WRM, junto com muitas redes em níveis local e internacional, tem criticado severamente a falsa ideia de “plantar florestas”, por seus nefastos impactos ambientais e sociais (1). O FSC reforça essa ideia ao classificar como “sustentáveis” grandes áreas de monocultivos de árvores. Das empresas florestais sendo certificadas às agências de certificação (que são pagas pelas mesmas empresas que querem ser certificadas), há uma rede de interesses que procura manter e expandir o modelo de consumo excessivo de produtos madeiráveis e derivados de madeira, inclusive certificando plantações destinadas a possível produção de etanol combustível e/ou *pellets* de madeira para combustão em usinas térmicas (2).

Expandindo a certificação dos mercados: os “serviços ecossistêmicos”

Um projeto chamado “Certificação Florestal para Serviços Ecossistêmicos” (ForCES, na sigla em inglês) se destina a investigar como o FSC pode ser líder na certificação de “serviços ecossistêmicos” em nível global, implementando dez projetos-piloto para “avaliar e certificar a prestação de serviços ecossistêmicos essenciais, como a conservação da biodiversidade, a proteção de bacias hidrográficas e o sequestro/armazenamento de carbono” (3).

O comércio de “serviços ecossistêmicos” transforma a natureza em unidades quantificáveis que possam ser traduzidas em bens comercializáveis, também chamado de “certificados”, “títulos” ou “ativos”. Ele pressupõe a ideia de que a natureza, com os seus “serviços ecossistêmicos”, pode ser destruída, desde que essa destruição seja “compensada” com “proteção”, “recuperação” ou “melhoria” em outro lugar. O comércio de “serviços ecossistêmicos” é algo radicalmente diferente da maneira pela qual os povos que dependem das florestas sempre as valorizaram (Ver [Boletim de fevereiro de 2012](#) do WRM).

De acordo com a página do ForCES, o FSC está “bem posicionado para estender sua abordagem de mercado e promover os serviços ecossistêmicos”. Neste contexto, no final de 2015, o FSC planeja ter um “sistema global melhorado que vise os serviços ecossistêmicos com potencial de mercado atual ou futuro” e “locais de demonstração de serviços ecossistêmicos certificados com sucesso”. Os dez projetos que o ForCES vêm desenvolvendo estão no Chile (três projetos, com um total de 320 mil hectares), na Indonésia (três projetos, 290 mil hectares), no Nepal (dois projetos, 57 mil hectares) e no Vietnã (dois projetos, 37 mil hectares).

Em sua página na internet, o ForCES diz que os projetos no Chile buscam ampliar a certificação do FSC para o “nível de paisagem”, ajudando a promover o “manejo florestal sustentável” em “florestas naturais e plantadas” (4). Em um contexto de muita oposição a grandes áreas com plantações de monoculturas, o FSC concedeu seu selo de certificação a empresas florestais que enfrentam sérios conflitos sociais

relacionados a disputas de terras e expulsoes. Um dos projetos piloto do ForCES no Chile, Bosques Cautín, tem como parceira a Forestal Mininco, uma empresa denunciada em 2011 por ter grande quantidade de hectares certificados sobre territórios indígenas Mapuche (ver artigo do [Boletim de janeiro de 2015](#)).

O ForCES promove a Indonésia como o país com a maior produção de madeira no sudeste asiático, ao mesmo tempo em que diz que o desmatamento diminuiu “bruscamente” nos últimos sete anos. Como pode ter caído “bruscamente” o desmatamento em um país que também tem, à custa das florestas, a maior área de plantações industriais de dendezeiros em todo o mundo, e que continua a se expandir – somada às já extensas áreas com monoculturas de árvores? Só se pode chegar a essa conclusão quando se considera que uma plantação é a mesma coisa que uma floresta. A página do ForCES também diz que, embora o desmatamento ainda seja um problema na Indonésia, a causa é que os “serviços ecossistêmicos” não estão sendo contabilizados (5). Mais uma vez, o FSC impõe a ideologia de que a natureza deve ser mercantilizada.

No Nepal, as atividades planejadas incluem “orientar líderes políticos e partes interessadas na definição de regras, leis, regulamentos e políticas [para certificar os serviços ecossistêmicos]” (6). E no Vietnã, o ForCES planeja se incluir nos programas de campo nacionais sobre “gestão dos recursos naturais” e “silvicultura sustentável” (7).

Todos esses planos e projetos-piloto indicam claramente o que o FSC apoia: legitimar a expansão de mercados de acumulação. Não só com grandes empresas florestais e operações madeireiras, mas agora, também pressionando para criar projetos e leis para os chamados “serviços ecossistêmicos”. Como afirma Zenzi Suhadi, da ONG indonésia WALHI, “As decisões sobre florestas na Indonésia ainda estão nas mãos de instituições poderosas. O governo nada menciona sobre as questões de propriedade dos territórios ou sobre as causas do desmatamento, como o modelo de produção e consumo. Esses temas são intencionalmente excluídos das discussões com o objetivo de evitar a imensa responsabilidade dos atores estatais e corporativos por seus crimes.” (8)

É hora de ouvir e respeitar as populações que vivem e dependem das florestas, aquelas que defenderam e dependeram de seus territórios por gerações. Isso deveria começar por transformar radicalmente o modelo de produção de madeira e energia, que é alimentado pelo ímpeto corporativo para gerar cada vez mais lucros. Certificar esse ímpeto é certificar a devastação ambiental e social permanente.

1. Ver alguns materiais do WRM em: <http://wrm.org.uy/pt/?s=FSC>; “FSC: *Certificación insustentable de plantaciones forestales*, WRM, setembro de 2001, <http://wrm.org.uy/oldsite/actores/FSC/libro.html>; e também, FSC-Watch: <http://fsc-watch.com>
2. <http://www.isealalliance.org/online-community/news/forest-plantation-first-to-receive-rsb-and-fsc-certification>
3. <http://forces.fsc.org/index.htm>
4. <http://forces.fsc.org/chile.11.htm>
5. <http://forces.fsc.org/indonesia.26.htm>
6. <http://forces.fsc.org/nepal.27.htm>
7. <http://forces.fsc.org/vietnam.28.htm>
8. <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-as-florestas-sao-mais-do-que-terra/>

POVOS EM AÇÃO

**Fim ao fogo empresarial no Chile!
Incêndios florestais e suas causas**

Este ano, os incêndios florestais no sul do Chile foram muito agressivos, afetando milhares de hectares de floresta em três áreas protegidas na região de Araucanía, o sul do Chile. Diante disso, em 14 de abril, foi realizada uma marcha para denunciar a origem do problema: a expansão da indústria florestal. A alta concentração da propriedade da terra e o uso intensivo de agrotóxicos, junto às precárias condições de trabalho da grande maioria dos trabalhadores do setor, contribuem para gerar pobreza e miséria nos territórios onde esses monocultivos de árvores têm evitado a existência de outras formas de subsistência. A marcha denunciou que não basta apagar os incêndios. O aumento e a propagação das plantações industriais de árvores no Chile são o problema central. Veja informações em espanhol em: <https://www.facebook.com/events/680477575427907/>; <http://resumen.cl/2015/04/fotos-marcha-en-concepcion-contr-la-industria-forestal/> e <https://www.facebook.com/bosquessin.forestales/timeline>

**Wilmar Internacional: Destruindo vidas por lucro**

O programa de rádio *Growing Voices*, da Rádio Mundo Real, discute os impactos da empresa de plantações Wilmar Internacional, altamente criticada e uma das maiores empresas de dendê do mundo. O programa examina de perto o caso de Kalangala, em Uganda, onde mais de cem pequenos agricultores ugandenses tiveram suas terras tomadas e foram expulsos pela *Oil Palm Uganda Limited*, uma subsidiária da Bidco Uganda Ltd, da qual a Wilmar Internacional é coproprietária. Os agricultores entraram com um processo judicial em março de 2015, pedindo indenização por suas terras perdidas e pelos danos causados. Você pode ouvir o programa, em inglês, aqui:

[la-lucha-contra-el-modelo-saqueador?utm_source=newsletter_495&utm_medium=email&utm_campaign=rel-hoy-29-de-abril-de-2015](#)
- www.goldmanprize.org/recipient/berta-caceres/

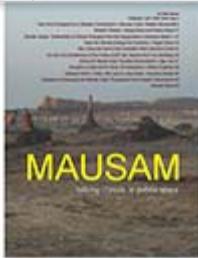
RECOMENDADOS



As vidas são mais importantes: o abuso das empresas de plantações sobre as populações locais

O artigo de opinião de Abetnego Tarigan, da ONG indonésia Walhi, e Iwan Nurdin, da *Agrarian Reform Consortium*, publicado no *Jakarta Post*, adverte que o foco internacional nos impactos das empresas de plantações de árvores tem sido dirigido a seus abusos ambientais, ao invés de seus abusos aos direitos humanos. Eles explicam como a tortura e o assassinato recente de Indra Pelani está relacionado a um sistema de plantação industrial muito enraizado, no qual propriedades rurais inteiras foram retiradas de moradores sem o seu consentimento. As empresas têm militarizado a proteção de suas plantações, e seus guardas armados agem rotineiramente com violência e impunidade. De acordo com os autores: “As organizações ambientais e seus apoiadores têm estado claramente mais preocupados com proteger a biodiversidade e os estoques de carbono do que a vida, os direitos à terra, meios de subsistência ou sobrevivência cultural”. Leia o artigo completo, em inglês, em:

<http://www.thejakartapost.com/news/2015/03/28/lives-matter-most-around-plantations.html#sthash.HtrrN3Bi.dpuf>



Nova edição do boletim 'Mausam' da Índia: falando do clima no espaço público

O coletivo India Climate Justice publicou a terceira edição da revista Mausam, visando facilitar debates construtivos e criativos sobre as questões climáticas. Ele tenta conectar essas questões às lutas locais por recursos naturais, extração de combustíveis fósseis, terras, meios de subsistência e soberania alimentar. A revista fala sobre como regulamentos e leis ambientais foram desmantelados pelo atual governo, como as comunidades já estão lutando com as realidades de um mundo de mudanças climáticas, como a estratégia de REDD+ da Índia depende, em sua essência, de dinheiro proveniente de mercados de carbono, que supostamente poderia escoar para as pessoas que dependem das florestas, como as negociações climáticas afetam a Índia, entre outras coisas. Acesse a revista, em inglês, aqui: <http://www.thecornerhouse.org.uk/sites/thecornerhouse.org.uk/files/MausamICJ3Jan-March2015.pdf>



Fórum Internacional sobre Agroecologia traz entendimento comum

Mais de 200 pessoas participaram do fórum, realizado em Nyéléni, Mali, de 23 a 27 de fevereiro, para desenvolver estratégias conjuntas de promoção da agroecologia e sua defesa contra a cooptação empresarial. A declaração do Fórum afirma que “a Agroecologia é política; ela demanda que desafie e transformemos as estruturas de poder na sociedade. Precisamos colocar o controle de sementes, biodiversidade, terra e territórios, águas, conhecimento, cultura e bens comuns nas mãos dos povos que alimentam o mundo”. Ela também conclama a uma transformação imediata com base na produção de alimentos verdadeiramente agroecológicos, por camponeses, pescadores artesanais, agricultores urbanos etc. Acesse a declaração completa:

Inglês: <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/sustainable-peasants-agriculture-mainmenu-42/1749->

[Declaration of the International Forum](#)

[for-agroecology](#)

Espanhol: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/2354-declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia>

Francês: <http://viacampesina.org/fr/index.php/les-grands-ths-mainmenu-27/agriculture-paysanne-durable-mainmenu-42/1048-declaration-du-forum-international-sur-l-agroecologie>



[Facebook do WRM](#)



[Twitter do WRM](#)



[Website do WRM](#)

Assine o Boletim mensal do WRM

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez, Jutta Kill

Secretaria Internacional do WRM

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo – Uruguai

Tel/fax: 598 2413 2989

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt/>